

Poder e cultura escolar na Primeira República em Mato Grosso

Dimas Santana Souza Neves*

Resumo:

Este texto enfoca a questão do governo dos sujeitos a partir de prática de exame em concurso para professores, enquanto dispositivos de normalização, construídos e aplicados por representantes da ordem política que objetivaram delimitar certo regime de verdade. Uma única “prova” de concurso para professores possibilitou problematizar e tornar pensável práticas disciplinadoras, e, nessa orientação teórica, emprega uma compreensão de partes do pensamento de Foucault. Por isso, o texto analisa como as tecnologias de poder atuaram em torno dos professores inculcando ações para instrumentalizá-los, nos modos e procedimentos, em atividades pedagógicas escolares em busca da consolidação de uma outra ordem social.

Palavras-chave:

exames; disciplinarização; confissão; poder; práticas.

* Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/UNEMAT. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE-UERJ).

Power and school culture in the First Republic in Mato Grosso

Dimas Santana Souza Neves

Abstract:

The emphasis of this text is on the quarrel about the people's government through the examination of the teachers' selection processes that served as normalization devices, built and utilized by representants of the public order that had as objective the delimitation of a truth regime. The material used in this search, only one teacher's "test", made possible to think disciplinary practices and brought up some questions about this theme. As a theoretic orientation, this search utilizes parts of Foucault's thoughts. For that reason, this text analyses the way the power technologies acted around teachers, imposing actions in order to provide them with the instruments necessaries, concerning their behavior and procedures, in pedagogical school activities in search of the consolidation of a different social order.

Keywords:

exams; disciplinary; confessions; power; practices.

Introdução

Durante a construção do modelo escolar republicano, observa-se a presença de dispositivos disciplinares em práticas e representações, buscando tornar efetivas a existência e a consolidação de um paradigma de modernidade a partir das leis esparsas ou codificadas, em atos de dirigentes e em processos de normalização. Muitas dessas atividades foram objetivadas em regulamentos da instrução pública, os quais, por sua vez, dentre outros aspectos, procuravam fixar as maneiras de exercício das relações entre direção e professores. Tais práticas de poder visavam produzir e reproduzir modos de vida exemplares na esfera da escola, pois, tendo o modelo objetivado, buscavam construir determinados processos de subjetivação que gerassem culturas escolares, a partir das idéias e atividades de olhar, e examinar, ou seja, produzir juízos, valorização e classificação. Com isso, efetivaram práticas de controle e vigilância na escola por meio de um agente estatal que disseminou esses mecanismos, configurando um desejo de reproduzir na escola a miniatura da sociedade panóptica (Foucault, 1999b).

Alguns desses mecanismos, em suas formas e maneiras de atuação, foram utilizados para aperfeiçoar e fazer acentuar as práticas disciplinadoras dessas tecnologias nas escolas. Para efeito de análise, neste texto destacaram-se os exames de concurso para professores do ensino primário. Esses instrumentos foram potencializados como “armas” de poder disciplinar que, diante das circunstâncias de desbloqueio dos procedimentos de poder e da efetivação dos mecanismos de seleção e controle dos saberes e da população, tinham objetivos de tornar os escolares indivíduos dóceis, obedientes, disciplinados, observadores e pacientes (idem) e compreensíveis da existência “natural” da diferença por meio das hierarquias. Para isso, os dirigentes utilizavam-se de diversas estratégias, entre elas textos prescritivos com conteúdos moralizantes e indutores de práticas rotineiras de morigeração, cujo objetivo era fazer a moldagem da conduta dos escolares, de professores aos alunos. Nesse mesmo sentido, eram utilizadas leis como os regulamentos da instrução que produziram práticas de representação de poder por meio das visitas, muitas delas sem aviso prévio, e exigência de prova de capacidade por

meio de exames em concursos, com disseminação e aplicação de conteúdos moralizantes para controle das pessoas e dos conteúdos dos saberes a serem ensinados. Por meio do procedimento de examinar, acreditavam estar disseminando, por entre a população escolar, os saberes regulados que deveriam exigir de alunos e professores, os quais deveriam se tornar conformados por práticas dos conteúdos e conhecimentos ensinados.

Para o inspetor escolar, o trabalho definido pelos regulamentos deveria ser de normalizar rotinas, tornando onisciente e onipresente a representação do poder do Estado, encarnado no papel dos governantes, e, assim, realizar as intermediações entre a organização hierárquica do governo e dos agentes estatais com a população escolar e entre os próprios escolares. Portanto, possuía certo tipo de poder para que pudesse realizar um olhar, efetivar uma espécie de vigilância contínua na escola, verificando o trabalho pedagógico dos professores, assim como avaliar o resultado do trabalho de escolarização, ou seja, esses agentes estavam investidos do poder de avaliar uma suposta verdade no que se refere ao produto das ações dos professores, analisando a quantidade e a qualidade dos saberes difundidos pelos professores em um período¹.

Com base nesses dispositivos de disciplinarização, com essas formas de exercício do poder, procurava-se moldar os modos de viver, prevenir ações de desvios e criar noções de valores que pudessem *normalizar* o modelo social, em construção no interior da maquinaria escolar e do processo educativo, existente na escola como, por exemplo, o respeito e a obediência hierárquica. A partir do texto de um concurso, pensou-se aqui tornar compreensível os mecanismos pelos quais as pessoas são induzidas a ver e ver-se, julgar e a julgar-se, tendo em vista um

1. O poder, para afetar, traz à luz, fala e obriga a falar, julga. O ver, o dizer e o julgar são, desse ponto de vista, parte das operações de constituição do que é afetado. As máquinas óticas, os regimes discursivos e os padrões jurídicos são inseparáveis dos procedimentos de fabricação de sujeitos obedientes à lei, normais e normalizados, atentos a si mesmos. Por isso, o caráter constitutivo com respeito à experiência de todas essas operações de visibilidade, de enunciação e de juízo deve ser analisado do ponto de vista das relações de poder (Larrosa, 2000, p. 79).

ritual de comparação com formas de administrar². Nesse sentido, este artigo analisa um desses instrumentos desenvolvidos pelos agentes estatais, uma prova de capacidade desse exercício, em cujo modelo de avaliação do saber de professores estabelecia-se uma relação de ordem pela qual deveriam configurar mecanismos entre as práticas dos agentes estatais e a questão dos modos, meios e instrumentos de disseminação entre escolares de diferentes hábitos e saberes, cujos procedimentos deveriam visar reformulação de práticas sociais dos escolares.

Disciplinando e normalizando pelo exame de professores

Apresentamos aqui um único texto de um exame de concurso para provimento de profissionais do ensino, produzido nos primeiros anos do período republicano em Mato Grosso, no momento em que três professores disputavam uma cadeira do magistério primário. Por esse fragmento da produção narrativa, pode-se notar como as criações disciplinares colocavam em funcionamento uma mecânica de poder diversificado na qualidade do seu conteúdo e no estabelecimento de suas finalidades. Primeiramente, os professores foram submetidos ao exame escrito, geralmente aplicado em forma de “cópia” de texto ou por intermédio do denominado “ditado”. Assim, pode-se compreender que os professores sequer tiveram oportunidade para tecer suas próprias considerações, para apresentar seus conhecimentos científicos, mostrar seus saberes escola-

-
2. As pessoas são induzidas a julgar-se com vistas a certa administração, governo e transformação de si. A pessoa tem de fazer algo consigo mesma em relação à lei, à norma e ao valor. E isso, uma ação, um fazer que afeta algo, um afetar, é justamente a definição foucaultiana de poder. O poder é uma ação sobre ações possíveis. Uma ação que modifica as ações possíveis, estabelecendo com elas uma superfície de contato ou, às vezes, capturando-as a partir de dentro e dirigindo-as, seja impulsionando-as, seja contendo-as, ativando-as ou desativando-as. As operações de poder são operações de conter ou impulsionar, incitar ou dificultar, canalizar ou desviar. A estrutura de poder, então, implica algo que afeta (uma ação), algo que é afetado (um conjunto de ações) e uma relação com elas (Larrosa, 2000, p. 78).

res, como eventualmente poderia acontecer em uma redação a respeito do tema. O texto não tinha a intencionalidade de provocar o pensamento, por sua forma e sequer por seu conteúdo, como se notará, tendo em vista que a mesma narrativa fora aplicada aos três concorrentes, sendo que alguns copiaram ou escreveram mais palavras e outros menos.

Pelos argumentos pontuados no texto, nota-se, com atenção especial para estes fragmentos apresentados, que os professores demonstraram em seus escritos que os exames aplicados pelos dirigentes governamentais tinham objetivo definido, devendo fazer com que os candidatos confessassem, julgassem e aprendessem, buscando, por meio desse recurso, normalizar procedimentos pedagógicos dos futuros mestres escolares. Ao mesmo tempo, produzindo assujeitamento dos professores às formas, aos mecanismos e conteúdos de saberes, tendo por base esse modelo disseminado e representado pelos agentes do Estado. Exame como confissão, concurso como julgamento e conteúdos como meio de disciplinarização do modo de vida em seu cotidiano. Dos inspetores aos professores e destes aos alunos e dos alunos aos pais, criando assim, um processo de disseminação de formas de viver do interior da sala de aula para a prática social.

O texto deixa entendido que para ser considerado um “bom professor”, na concepção desses mecanismos de poder, os concorrentes teriam de cumprir algumas regras básicas, inclusive, com recomendações moralizantes, como é possível aqui identificar. Ao dissertar a respeito da questão da pontualidade, a professora deveria associar esse tema ao reconhecimento que teria em torno das leis, particularmente do Regulamento da Instrução Pública do período:

Pontualidade e zelo do professor. Pontualidade. A pontualidade é uma das qualidades mais necessárias ao professor, isto é, uma escrupulosa exatidão no cumprimento dos seus deveres, no tempo presente e de conformidade com a lei. O homem incumbido de ter para com uma multidão de crianças diversos e numerosos cuidados, não pode excluir-se bem de tão laborioso encargo sem fazer emprego do tempo. Um regulamento devia prever a este grande interesse e, efetivamente o fez, pelo menos em parte, determinou os dias de descanso e de trabalhos, a hora e duração da aula, a ordem e impor-

tância relativa aos exercícios. Não havendo porém, tal regulamento ou sendo mal executado, andava tudo ao acaso, haverá confusão e nada progredirá se o professor tiver como regra os seus comandos ou caprichos, compreenderá muitos estudos ao mesmo tempo e nenhum chegará a compreender, omitirá ora esta ora aquela cousa, fará isto em precipitação aquilo com morosidade; empreenderá tempo considerável em exercício de utilidade secundária para o qual seu gosto o atrair, e negligenciará com o que deveria constituir objeto principal de seu ensino. Talvez até chegará a ocupar-se de negócios pessoais durante a hora da aula, a fechar a escola muitos dias na semana, a abreviar a duração da aula, ou, pelo menos a transferir o dia de santo sem estar para isso autorizado. Ninguém poderá negar que um tal procedimento e fetichismo da escola que não poderá de ter conseqüência necessária a lentidão do progresso [Farias, 1894].

Nesse documento de avaliação da capacidade e qualidade de ensino, percebe-se que a professora, ao realizar a prova, escreve e partilha de determinadas representações da lei, ordem e algumas atitudes necessárias para um profissional do ensino que deveria ter “bom procedimento”. O texto do exame quis fazer compreender a necessidade da pontualidade como forma do cumprimento dos deveres, submetendo a professora a uma diferente ordem temporal. Isto é, o conteúdo tinha finalidade de produzir na professora obediência a um procedimento e a uma rotina afinados com as características do cargo, na visão dos governantes, sendo que o cargo de professora deveria ser prioritário diante das demais ocupações.

Esse é um texto que informa e forma, dando sentido daquilo que a professora não se poderá ocupar em seus afazeres pessoais em detrimento da aula, com a conseqüente necessidade de respeitar a legislação expressa nos regulamentos e, em ato contínuo, a obrigação de ocupar bem o tempo dos alunos e da própria mestra. Assim, o concurso servia para a professora realizar um “auto-exame” ou “exame de consciência” em torno das suas responsabilidades profissionais, devendo exercer suas atividades de acordo com esses preceitos e não mais de acordo com os seus conhecimentos práticos frutos de experiência. Nada disso. A exigência desses procedimentos constituía-se como estratégia de seleção

que visava controlar o ingresso das pessoas para o cargo de professores no processo de produção da escola, também inculcar formas de pensar e de agir para as ações de escolarização das crianças, futuros alunos desses profissionais³. Ao demonstrar como deveria ser um “educador” e seu comportamento na sala de aula em relação à criança escolarizada, a narrativa do concurso possibilitou conjugar seleção com formação dos professores buscando estender seus efeitos para a relação pedagógica da sala de aula, moldando o modo de atuar dos professores nesse ambiente. Um concurso que se assemelha a uma instituição de formação de professores, uma exigência para a época em Mato Grosso.

O exame prestado pelos professores evidencia uma analogia entre a necessidade do exemplo do professor e a imitação das atitudes pelos alunos nas formas de expressar a relação dos escolares com a ordem e a disciplina na sala de aula. No entendimento do texto ditado pelo inspetor, haveria oportunidade na qual a atitude exemplar do professor deveria levar o aluno a outros comportamentos, a condutas que denominaram de “exatas”. O que poderia em outras palavras significar atitudes perfeitas, certas, corretas, exemplares e de acordo com a lei e a “civilização” emergente com o modelo republicano. A partir daí, pode-se compreender que o poder dos inspetores acaba evidenciando que de nada adiantariam as palavras dos professores sem percursos e orientações a serem seguidos ou imitados. Política e técnica fundem-se no sentido de explicar a responsabilidade de cada escolarizado na organização e definição do papel social tanto do professor quanto do aluno e principalmente da relação pedagógica de ensino, gerando uma cultura escolar que deveria ser transmitida e disseminada, mas também inculcada. Essa situação pode ser amplamente verificada e compreendida na continuidade do mesmo fragmento de exame de concurso:

Além de que apercebendo-se os alunos de que o mestre não presta-se suas funções a devida seriedade, não deixará de imitar humilhante negligencia,

3. Modelo de recrutamento e profissionalização, tal qual evidenciado na Corte no período imperial, estudados por Garcia (2002).

tornar-se-ão menos assíduos, virão a escola sem prazer, trabalharão nela sem entusiasmo, em uma palavra desaparecerão um tempo, cujo valor nada lhes fará conhecer. Ainda mais funestos efeitos produzem a falta de exatidão quando compromete a segurança ou a moralidade dos meninos. É este uma escolha a que se expõem os mestres que por privados motivos ausentar-se da aula durante os exercícios, ou que quando não mora na mesma casa da escola só aí chegam depois de reunidos os meninos. Tais ausências são quase sempre prejudiciais a boa ordem e a disciplina, a elas se aproveitam muitas vezes os meninos para fazerem travessuras injuriar e mesmo jogarem pancadas. E poderá o professor julgar-se isento de exprobações por tais desordens? É ele o verdadeiro culpado pois é o responsável por tudo o que se passar na aula e, se as crianças que lhe foram confiadas faltaram ao seu dever, é porque foi ele o primeiro a descuidar-se dos seus. É evidente, portanto, que o professor não poderá sair sem falta de assiduidade ou pontualidade sem acarretar sobre si uma terrível responsabilidade. Os regulamentos universitários também lhe impõem rigorosa obrigação de jamais deixar seus alunos fora de sua vigilância. Dela acabamos de ver quanto a pontualidade é necessária ao professor, mas essa qualidade não será de grande quilate se não for acompanhada de zelo, a qual é esse entusiasmo refletido e perseverante que o homem emprega no desempenho de seus deveres, afim de cumpri-los sempre o melhor possível. Por diversos caracteres se faz ele conhecido [Farias, 1894].

Pode-se perceber que um dos objetivos do texto do exame era avaliar o grau de disciplina dos professores, isto é, fazer a professora dar-se a ver, confessar os princípios e critérios que comungava em sua constituição pessoal para o papel profissional de ser professora. A confissão, por meio do exame de como deveria agir no cotidiano da vida ou das práticas escolares, possibilitava o registro do governo de si, uma das condições para que a professora pudesse ser recrutada⁴. Uma racionalida-

4. A experiência de si implicada na constituição da subjetividade na dimensão de julgar-se seria, então, o resultado da aplicação a si mesmo dos critérios de juízo dominantes em uma cultura. O sujeito só pode pôr-se a si mesmo como sujeito reflexivo na medida em que está constituído por sua sujeição à lei, à norma ou ao estilo. Desse ponto de vista, a experiência de si, aquilo que a pessoa “vê” de si

de que alterou o sentido do ser mulher, mãe e mestra para a construção republicana do profissional do ensino, posição social essa de quem deveria levar a profissão em primeiro lugar, devendo ser a atividade de professora mais importante que qualquer outra possibilidade do cotidiano.

Pelo texto, os professores eram induzidos a compreender que além de realizar todo um controle e vigilância com os alunos, deveriam conhecer-se, controlar-se para manter as formalidades exigidas. Assim, o poder disciplinar, por meio dos inspetores, tendo como mecanismo os exames dos concursos e como tecnologia os conteúdos ensinados, gerava culturas escolares que deveriam levar a população estudantil às mesmas práticas de obediência e à aceitação desses saberes e do poder das autoridades de dizer aos professores o que consideravam “verdades”. O professor era responsável exemplar pela ordem e desordem, pela disciplina e indisciplina no ambiente escolar por meio do fortalecimento e da disseminação desses conhecimentos. E, pela aplicação da noção de tempo, com horas predeterminadas, conforme dispunham os regulamentos e que o texto fez exigência de conhecimento. Assim, os professores deveriam cumprir com assiduidade, pontualidade, demonstrando exemplo prático e rotineiro. Opção fundada para alcançar os objetivos de educar, instruir e ensinar, entrelaçados a partir da normalização das ações de professores a alunos, da convivência escolar ao cotidiano das famílias e, extensivamente, à sociedade, pois não bastava comportamento isolado, segundo fez compreender as autoridades escolares. Situação configuradora de padronização das práticas no ensino e de homogeneização de atitudes. Durante a escrita desse mesmo texto de exame de concurso, os inspetores demonstram outras necessidades interligadas:

Primeiramente o mestre que for animado de verdadeiro zelo, jamais entrará na aula sem ter provado as suas lições. Não concebemos que um mestre bem capaz que e supondo, para ensinar com bom êxito, e sem perda de tempo o

mesma quando se julga e aquilo que a pessoa “expressa” de si mesma no ato de enunciação de seu juízo, é algo que se constitui e se determina na operação mesma do juízo, naquilo que os sistemas criteriosais, que possibilitam o juízo, produzem como seu campo de aplicação (Larrosa, 2000, p. 77).

que se não tiver preparado. Consiste esta preparação não só em por em ordem os objetos materiais necessários ao ensino, como principalmente em compor, ou pelo menos em escolher os assuntos diversos em que deve ser executada cada classe de aula, em cientificar-se pelo exame das notas e dos temas se a respeito de tal ou tal ramo da instrução, será mais conveniente por adiante ou mais vantajoso estacionar por algum tempo, em modificar um processo que não tenha apresentado todos os resultados esperáveis; em tomar nota da infração que mais se tenha repetido, em procurar um meio que deverá observar quando achar-se em uma conjuntura delicada; um quarto de hora de semelhante preparação vale para os alunos muitas horas de trabalho. Uma vez começado os exercícios da aula, deve o mestre que for zeloso estar sempre ocupado com seus alunos, esforçar-se-á por tornar-lhes atrativo os estudos, só dando-lhes a propósito algumas animações; já respondendo as suas perguntas sem manifestar-se nem embaraçoso, nem enfadado, já finalmente evitando que se vejam eles em dificuldades que só servissem de fatigá-los [Farias, 1894].

O fragmento anterior exemplifica como um conjunto de fórmulas/discursos pedagógicos, de comportamentos pessoais e sociais, foi explicitado e exigido no início do período republicano, uma vez que se deveriam constituir em procedimentos de ensino, práticas geradoras de costumes escolares de ordem, disciplina e obediência para o aprendiz. Como uma formação pelo concurso, foi evidenciado também que os professores deveriam tomar conhecimento da necessidade de práticas de realização do autogoverno; isto é, conhecer e fazer acontecer determinações regulatórias que buscavam normalizar o comportamento e a conduta dos professores, não somente em sala de aula ou no cotidiano escolar, mas também fora dela, funcionando exemplarmente para a sociedade. Essa forma de recrutamento, nas atividades de escrita ou reescrita de texto, aparece como um importante dispositivo que insistiu em atuar na configuração do “bom mestre”⁵.

5. Mas, em virtude do fato de que ler e escrever são essencialmente atividades solitárias, a cultura alfabética implica uma individualização crescente da relação com o saber, do mesmo modo que supõe e favorece também a abstração, o afastamento

A condição de concurso criava exigências não apenas intelectuais. Pode-se verificar preocupação com práticas civilizadoras, sociabilizadoras como a de “não gritar” e situações nas quais o professor deveria produzir conhecimentos e relações pedagógicas com os alunos não mais com aspectos punitivos e dureza na aprendizagem, mas sim no sentido do convencimento, para o prazer dos estudos e, nesse sentido, a prática do olhar foi difundida para fazer com que os gestos fossem compreendidos durante a atividade pedagógica. À noção de indivíduo isolado foi acrescida a idéia de que as crianças, em processo de escolarização, tinham direitos de atenção do professor de maneira igualitária. Manifestação, portanto, da idéia de sociabilidade, de cidadania, de igualdade.

O conceito de “zelo” foi desenvolvido no sentido de tentar fazer a professora realizar um conjunto de atividades que a levaria a organizar e ministrar aulas com cuidados para que não “embaraçasse” os alunos, nem se mostrasse “embaraçado” ou “enfadado”. Em outras palavras, que jamais se mostrasse cansado ou em situação de “não saber” ou “ausência de domínio de conhecimento”. E, para que isso não ocorresse, deveria preparar as aulas, de modo que “jamais entraria em aula sem ter provado suas lições”, o que objetivava não somente profissionalizar a professora, mas torná-la uma técnica responsável, com verdades científicas, objetivas, a serem pronunciadas e inculcadas no cotidiano escolar da criança escolarizada. Na prática, buscava-se abandonar o conhecimento científico conjugado com explicações religiosas e experiências de vida como no Império. Na continuidade desse exame, esse aspecto fica explicitado melhor:

Para as suas explicações toda clareza possível, repetindo, exprimindo deste ou daquele modo que não tiver sido compreendido. Abster-se-á gritar uma

em relação à experiência imediata, o enfraquecimento da ligação entre o indivíduo e o mundo natural e social. Tais são precisamente os traços que caracterizam, segundo Young, os saberes de *status* elevado, aqueles privilegiados atualmente pela cultura acadêmica, e em função dos quais constroem-se as definições do sucesso e do fracasso escolar mais conformes com os sistemas de valores e com a preservação dos interesses dos grupos socialmente dominantes (Forquim, 1993, p. 93).

vez sequer, pois deve saber que o homem que grita, ou gesticula, perde toda a gravidade, mas fará com que seu olhar, sua animação e seu gesto, tornem aquela atitude que retira constantemente a atenção. Isento da vaidade, abster-se-á de imitar esses mestres que no interesse de suas reputação cultivam especialmente os alunos de mais inteligência. Todos os alunos tem direito a solicitude do professor, deve este, pois, repartir com eles iguais cuidados. Finalmente, o zelo de ser perseverante se o professor vir que os seus esforços têm sido coroados de bom êxito, deve atentar ante para o que lhe resta a fazer do que para aquilo que já fez, se ao contrário, apenas tem conseguido fracos resultados, deve recordar-se de que o trabalho pertinaz vence todos os obstáculos, e que um homem de coração em presença de dificuldades e que sente aumentar-se-lhe o ânimo, e que um mestre cristão depara nesses trabalhos com um meio de preencher e santificar os seus dias. Tal deverá ser no meio dos seus discípulos o professor que for animado de verdadeiro zelo. Grande erro porém seria pensar que nada mais lhe resta fazer depois de findos os exercícios escolares. Não basta que durante o dia ele tenha cumprido o seu dever, também é preciso que pelo estudo se ponha em estado de sempre desempenha-lo bem; pois sem estudo o professor que tinha a precisa capacidade no começo da sua carreira, etc. [Farias, 1894].

Nesse entendimento, essas manifestas exigências tinham objetivo concreto de controlar a mente, o coração e os corpos dos professores, produzindo efeitos de normalização nos indivíduos que deveriam ensinar desde a situação de estar em sala de aula até a de cuidar de crianças escolarizadas. Assim, as práticas de leitura e escrita desses textos nos concursos fazem-nos pensar nas “práticas de si” ou “tecnologias do eu”⁶

6. Exames, classificações, promoções e tratamentos de recuperação estabelecem padrões “normais” de expectativas. Esse poder desenvolvido pelo seu exercício é usado para produzir o que Foucault chama de indivíduos normalizados. As normas que são estabelecidas, os exames, as classificações e as punições disciplinares são todas partes dessa noção de governo. O exame ocupa um papel-chave também pelo fato de que expõe para o indivíduo sua própria identidade, seu verdadeiro “eu”. Em *Vigiar e punir*, Foucault localiza a escola, decididamente, no campo das disciplinas (Marshall, 1999, p. 25).

que deveriam produzir um modelo de professor, com diferentes formas de exercer a atividade de ensino, mas que deveriam estar conjugadas, e que, fundamentalmente, dessem conta do controle e da vigilância a respeito dos aspectos comportamentais dos escolarizados.

Considera-se que os dispositivos de controle e vigilância, por meio dessas práticas, desejavam realizar a “formação” ao demonstrarem como deveriam ser realizados a qualificação e o preparo das crianças a partir das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores. Por isso, no texto, buscaram fazer com que os candidatos ao ensino repensassem suas práticas escolares, produzindo, assim, a idéia de uma cultura escolar com responsabilidade, auto-avaliação e competição, tanto pelo discurso da pontualidade quanto pelo zelo do professor, bem como pelas ações pedagógicas de observação, dos gestos, enfim, do comportamento profissional do próprio professor e dos alunos. Esse regime de verdade, dito dessa forma, desejava construir/inventar um modelo de professor, eis a inteligibilidade permitida aqui, uma vez que na compreensão de Marshal (1999, p. 26) “Ao dizer a verdade, a pessoa conhece a si própria e torna-se conhecida para os outros num processo que é terapêutico, mas, também, controlador”.

Há profundos efeitos de poder nesse tipo de leitura. E, a implicação exigente de uma leitura como a desse texto, presentes em forma de exame/concurso, foi levada para que os profissionais fizessem experiência da maneira do trabalho que desempenhavam, produzindo o que os pensadores denominaram de experiências de si historicamente construídas:

Se a experiência de si é histórica e culturalmente contingente, é também algo que deve ser transmitido e ser aprendido. Toda cultura deve transmitir um certo repertório de modos de experiência de si, e todo novo membro de uma cultura deve aprender a ser pessoa em alguma das modalidades incluídas nesse repertório. Uma cultura inclui os dispositivos para a formação de seus membros como sujeitos ou, no sentido que vimos dando até aqui à palavra “sujeito”, como seres dotados de certas modalidades de experiência de si. Em qualquer caso, é como se a educação, além de construir e transmitir uma experiência “objetiva” do mundo exterior construísse e transmitisse também a experiência que as pessoas tem de si mesmas e dos outros como “sujeitos”.

Ou, em outras palavras, tanto o que é ser pessoa em geral como o que para cada uma é ser ela mesma em particular [Larrosa, 1999, p. 45].

Nessa oportunidade, o autor faz pensar as práticas de escolarização, que por uma diversidade de dispositivos produzem e transmitem esse conhecimento para o cotidiano. No caso dos professores, no ambiente escolar, a partir da relação estabelecida na sala de aula para que se pudesse chegar ao dia-a-dia da criança nas práticas culturais de um grupo ou da sociedade. Ou seja, o indivíduo, ao tomar algo como verdade, forma, interioriza mecanismos e instrumentos, buscando realizar as mesmas práticas nas suas atividades com outras pessoas. Como diz o autor do texto, atuar no dia-a-dia escolar para “preencher e santificar os seus dias”.

A sujeição ao modelo deveria produzir a mudança no comportamento, construindo disposição para atitudes próximas do que eram, no significado do texto e entendimento dos governantes, ações práticas e rotineiras de ser professor. Esse foi, nesse entendimento, o objetivo do exame: submeter os profissionais a um conjunto de procedimentos regulatórios e normalizadores para seu cotidiano como professor e como ser social.

Ao realizar uma análise de projetos envolvendo professores na contemporaneidade, esse pensador contribuiu também com a reflexão de atividades desenvolvidas no século XIX, pois ao considerar que esses instrumentos atuam na formação de valores que permanecem no imaginário, na subjetividade das pessoas, possibilitando a constituição de saberes escolares, estabelece uma compreensão plausível como afirma:

De que se trata aí é de definir, formar e transformar um professor reflexivo, capaz de examinar e reexaminar, regular e modificar constantemente tanto sua própria atividade prática quanto, sobretudo, a si mesmo, no contexto dessa prática profissional. As palavras-chave desses enfoques sobre a formação do professorado são reflexão, auto-regulação, auto-análise, autocrítica, tomada de consciência, autoformatação, autonomia, etc. Por outro lado, é importante advertir que os motivos da auto-reflexão não incluem apenas aspectos “exteriores” e “impessoais”, tais como as decisões práticas que se tomam, os comportamentos explícitos na sala de aula, ou os conhecimentos pedagógicos

que se têm, mas, sobretudo, aspectos mais “interiores” e “pessoais”, como atitudes, valores, disposições, componentes afetivos e emotivos, etc. Dito de outro modo, o que se pretende formar e transformar não é apenas o que o professor faz ou o que sabe, mas fundamentalmente, sua própria maneira de ser em relação ao seu trabalho. Por isso a questão prática está duplicada por uma questão quase-existencial e a transformação da prática está duplicada pela transformação pessoal do professor [Larrosa, 1999, pp. 49-50].

Assim, entende-se que a experiência de si que os professores deviam realizar está presente. Da mesma forma, que se confessar, julgar-se, ver-se e compreender-se, dentro das proposições que Larrosa analisa, coincidem com essas práticas da primeira década republicana em Mato Grosso. A singularidade encontrada foi a forma, o tema dos escritos, o fundamento teórico existente. Os objetivos são idênticos ou semelhantes, talvez diferentes, mas não opostos.

Por meio dos inspetores escolares, eram intensos o controle, a vigilância, a necessidade de fazer-se o cuidado de si e desenvolver a governamentalidade tanto que, em relatórios e mensagens de autoridades republicanas, proliferavam queixas relativas à qualidade das atividades de inspeção que verificavam o nível de formação dos professores. No entanto, no conjunto do exame, pelo texto do concurso, não há a possibilidade de verificar a reflexão do examinado acerca do que o professor pensava ou considerava ser um bom profissional. Reclamações, questionamentos, considerações e queixas dos professores em relação às condições de trabalho eram desconsideradas. Ao contrário, tentava-se inculcar um conjunto de procedimentos para que se pudesse refletir a respeito das práticas que o professor adotava, ao mesmo tempo objetivava inculcar aos professores a possibilidade de verificação, conhecimento e aprendizagem de outras formas de relacionamento pedagógico que deveria diferenciar-se das propostas metodológicas produzidas, principalmente, por setores ligados à Igreja, durante o período imperial. Ao mesmo tempo que se buscava fazer o professor refletir a respeito das suas práticas e não das práticas dos governantes, das políticas públicas.

Pelo modo de escrever, ainda houve valorização de referenciais não estritamente ligados à linguagem escrita. No resultado do concurso, pode-

se conhecer que essa professora obteve, nas provas escritas, notas menores que os demais concorrentes. No entanto, a professora foi selecionada para o cargo porque sobressaiu na avaliação oral. Ao valorizar a prática oral, os inspetores escolares fizeram uma opção pelo professor que “falasse bem”, que tivesse o “domínio da fala”. Uma complexa manifestação, uma vez que no período republicano se procurava valorizar muito mais a escrita das crianças do que a oralidade. Afinal, a positividade das aulas dava ênfase às escritas. Mas o concurso tinha também função de fazer professor e inspetor escolar aprenderem a julgar⁷ e a julgarem-se, pois ao poder definir critérios e condições de admissibilidade se estabelecia e se fazia conhecer valores culturais presentes nas possíveis ações dos professores como escrever e “falar bem”.

Conclusão

Ao considerar que esse período é a mudança da sociedade da soberania para a sociedade disciplinar nesse Estado, houve também uma espécie de desbloqueio dos procedimentos de poder. A existência, o fortalecimento e as práticas de alguns dispositivos, entre eles a criação dos cargos de inspetores escolares, estavam inseridos nessa nova economia do poder. Acontecimentos que provinham da Europa dos séculos XVIII e XIX, e que se caracterizaram naquele continente, foram apropriados pelos governantes no Brasil. Particularmente em Mato Grosso, foram reapropriados⁸ de uma forma consistente na produção de um regime de

-
7. Aprender a julgar é racionalizar o juízo, conferir-lhe uma *ratio*, estabilizar sua fragilidade, absorver sua indeterminação, prevenir seus erros. É estabilizar os critérios de verdadeiro e falso, de bom e mau, de obediência e transgressão, de normal e anormal, de belo e feio (Larrosa, 2000, p. 81).
 8. “[...] Isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma, ao mesmo tempo continua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (mesmo caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas [...]” (Foucault, 1999a, p. 8).

verdade voltado para maior vinculação ao mundo da ciência e da racionalidade, da vigilância e do controle estatal da população.

Na perspectiva das práticas desses agentes estatais, pode-se afirmar que a função e os encargos dos inspetores escolares não eram e sequer estavam vinculados a ações pessoais, isoladas, a partir de suas experiências de vida. Ao contrário, eram normatizados pelos regulamentos e constituíam-se como práticas de representação do poder central que deveriam permitir, efetivar e fazer acontecer perenemente uma circularidade do poder. A economia realizada com a não remuneração dos inspetores, portanto com as práticas de olhar⁹, observar, controlar, vigiar e punir dessa tecnologia, fazia com que o poder circulasse pelo corpo social sem custo. Nesse sentido, a finalidade da existência e da prática desses agentes para o Estado e para a localidade geopolítica era de fazer transitar o poder por meio do olhar¹⁰, vigilante, cotidiano, rotineiro, contínuo, ininterrupto. Práticas de poder no olhar e na governamentalidade nos exames, como diz Foucault (1999, 1999a, 1999b), dispositivos que levariam as estruturas de poder e as tecnologias do eu, no significado de Larrosa (2000), para o cotidiano de professores, de alunos e para a população. Práticas do olhar que, em Mato Grosso, não somente diminuíam os custos do processo de escolarização como, e ao mesmo tempo, valorizavam o poder político dos dirigentes como os coronéis, que por indicação dos seus nomes ou seus partidários para o cargo de inspetor escolar¹¹ faziam com que os governantes mantivessem intenso controle e vigilância dos seus correligionários e da população.

9. Para ampliar essa compreensão consultar Vidal (1999).

10. “Já o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo, sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório” (Foucault, 1999a, p. 219).

11. Maiores detalhes e números desse processo e seus mecanismos consultar os trabalhos intitulados *Expressão de poder em Mato Grosso* e *As armas e as almas; dispositivos disciplinares em Mato Grosso e a inspeção escolar*, ambas dissertações de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFMT.

Finalizando, entende-se que a análise dos concursos públicos para professores auxilia a conhecer as estratégias do poder para controlar o nível, a capacidade, a qualidade e, sobretudo, quem poderia entrar na representação do Estado na esfera escolar, em um espaço minúsculo de poder, mas importante para governantes. Esse tipo de texto esclarece como as atividades, concebidas pelas representações do poder, chegaram às condutas rotineiras para que fossem estabelecidas as estratégias governamentais para as relações de ensino-aprendizagem. Aqui se compreende o porquê e o como professores e alunos se submeteram às regras das leis, às condições de assujeitamento pela aceitação à vigilância contínua e à fiscalização para controle da práxis escolar.

No mesmo sentido, essa construção narrativa do exame permite verificar que, apesar de controlados e vigiados, não obstante o profundo silêncio pela obediência hierárquica, os professores disputaram o poder por meio dos concursos em busca de uma aproximação cultural com o saber e a constituição social da época. Ainda que temerosos dos olhares nas visitas, das correções nos exames, das punições em eventuais reprovações e, mesmo sendo aprovados, pela necessidade de conviver com possibilidades de perseguições, desafiaram o poder a construir e revisar culturas escolares. Pois, ao final do século XIX, em um Estado ainda necessitado de profissionais do ensino, os professores disputavam os lugares sociais, com isso, também influenciaram para que os agentes estatais repensassem formas e conteúdos a serem aplicados nos concursos, tentando interferir na compreensão do que seria um “bom professor”.

Referências bibliográficas

FARIAS, Idalina Ribeiro de. *Exame de concurso para professor público*. Cuiabá 5 nov. 1894. In: APMT – Caixa 1894, doc. avulsos. S.l.: s.ed., 1894.

FORQUIM, Jean Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Trad. Guacira Lopes Lozano. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a.

_____. *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. Trad. Raquel Ramalhe. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 6. ed. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GARCIA, Inara. Recrutamento e profissionalização: ampliando o conceito de formação de professores. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Rio Grande do Norte. *Anais...* Rio Grande do Norte: SBHE, 2002. 1 CD-ROM.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 21-34.

_____. *Pedagogia profana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARSHAL, James. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 21-34.

VIDAL, D. G. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX. In: VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. de. *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 107-116.

Endereço para correspondência:
Dimas Santana Souza Neves
Universidade do Estado de Mato Grosso – Sede
Faculdade de Educação
Av. Tancredo Neves, s/n
Bairro Cavahada – Cáceres-MT
CEP 78200-000
E-mail: dimasneves@unemat.br

Recebido em: 14 mar. 2006
Aprovado em: 20 set. 2006